

## **UMA PERSPECTIVA OTIMISTA A PARTIR DA RUPTURA DE CAIXA**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Senhor*, nº 93, 29.12.1982

Não me recordo de um fim de ano em que as incertezas e o pessimismo sobre o desemprego da economia brasileira em relação ao ano seguinte fossem maiores do que neste momento. E, no entanto não estou pessoalmente pessimista. Minha intuição ma -is do que a minha certeza é a de que, afinal, depois de uma provável ruptura de caixa, a crise será superada sem que entremos em um processo de desindustrialização e decadência como aconteceu com a Argentina e o Chile.

É certo que as razões para o pessimismo em relação a 1983 são objetivas. O processo de endividamento externo brasileiro afinal alcançou o limite previsto pelos críticos de política econômica oficial, e o país foi obrigado a recorrer ao FMI. Dois anos de política econômica recessiva não foram naturalmente suficientes para sequer encaminhar a solução do desequilíbrio externo. Este continuou a agravar-se. E o processo culminou com a crise generalizada do sistema financeiro privado internacional, em setembro, acelerada pela quebra de caixa do México e da Argentina. Perdição a confiança dos credores especialmente dos pequenos credores na possibilidade de pagamento do Brasil, nossas magras reservas esgotaram-se e entramos em situação de insolvência.

Agora, apesar da “operação de salvamento” do FMI, do Governo norte-americano e dos grandes bancos, as perspectivas que se abrem para o Brasil são de uma iminente quebra de caixa. A grande esperança às centenas de pequenos credores, que forneceram créditos de longo prazo através dos grandes bancos e crédito de curto prazo de financiamento de importações correntes. Mas não há indicações de que a confiança venha a se restabelecer.

Nesses termos, a ruptura de caixa do Brasil é um evento no mínimo provável. A alternativa é um drástico re-escalonamento da dívida mas não parece que o país terá

tempo como não teve antes coragem, quando havia tempo para realizá-lo antes de declarar-se impossibilitado de pagar seus débitos.

Neste quadro, a assinatura da carta de intenções com o FMI pouco adiantará. E a preocupação das pessoas de bom senso com as conseqüências de uma política econômica generalizadamente recessiva, do tipo recomendado por essa instituição, perde um pouco de sentido. Caso haja a ruptura de caixa, a política de maior contenção da demanda através da diminuição do déficit público deixará de ter prioridade.

Uma política econômica de austeridade continuará a ser essencial, na medida em que será necessário obter saldos crescente na balança comercial que financiem pelo menos o déficit de serviços. Mas o problema fundamental será procurar saber como importaremos os insumos e equipamentos essenciais para a indústria até que o re-escalonamento da dívida se realize e os fluxos financeiros internacionais do Brasil voltem à normalidade. A austeridade terá que ser setorializada e administrada, ao invés de generalizada.

Especialmente os setores que dependem de insumos importados passarão então por momentos difíceis. A necessidade de pagamento à vista implicará em controles administrativos das importações severos e complicados. Por outro lado, as pressões no sentido de substituição de importações e de re-direcionamento dos padrões de consumo para mercadorias com menos componente importado será fortíssimas.

Viveremos momentos difíceis, economicamente turbulentos, talvez dramáticos em 1983. Mas minha esperança ou minha previsão na verdade um pouco das duas coisas indicam que a sociedade brasileira será capaz de responder bem à crise. Poucos serão aqueles que virão dizer, com aconteceu na Argentina e no Chile, que a solução é abrir a economia, eliminar as barreiras alfandegárias, eliminar o déficit fiscal de pronto, liberar todos os controles administrativos que existem sobre a economia “para que os preços relativos se re-alinhem”, cortar drasticamente a quantidade de moeda, elevar a taxa de juros, reduzir os salários através de novo violento arrocho salarial, e finalmente provocar mais recessão que eliminaria a inflação e re-equilibraria a balança comercial.

E serão poucos porque essas políticas já se revelaram ineficientes não apenas em outros países, mas também no Brasil nos últimos dois anos. Mais do que isto, entretanto, serão

poucos porque, ao contrario do que acontece na Argentina e no Chile, não é uma aliança do capital mercantil exportador com o capital bancário que domina o Brasil. Neste país a aliança dominante básica, é a do capital industrial e do capital bancário com as classes médias assalariadas tecnoburocráticas. Trata-se de uma aliança complexa, cheia de contradições internas, mas que tem um ponto comum, desde que certos setores do capital bancário ainda ligados ao capital mercantil especulativo forem excluídos: um forte comprometimento com a continuidade da industrialização brasileira.

Minha hipótese é a de que, diante da crise, inclusive a ruptura provisória de caixa, esse comprometimento se aprofundará ao invés de enfraquecer. Será um comprometimento da sociedade civil, a qual, da mesma forma que vem exigindo o restabelecimento da democracia no país, será capa de forçar o Governo, por mais confusos e paralisados que estejam seus membros diante da crise, a adotar as medidas de defesa da economia nacional necessárias.

O objetivo fundamental será, em 1983, alcançar uma taxa de crescimento positiva. Depois de um declínio do PIB de 1,9% (pelo menos) em 1981 e de uma provável estagnação em 1982, caso tenhamos um novo crescimento zero da renda global em 1983, a renda por habitante brasileira no final desse ano será quase 9% inferior à do final de 1980. Caso a renda por habitante volte a crescer a partir de 1984 à taxa histórica de 4%, só alcançará os níveis de 1980 em 1986. Essa já é uma perspectiva pessimista. Por isso, e dada a imensa capacidade ociosa já acumulada na economia brasileira, é possível imaginar para 1983 um desempenho já ligeiramente positivo do PIB, desde que a crise nos leve a aprofundar os controles administrativos sobre a economia, ao invés de eliminá-los como uma política recessiva ortodoxa propõe.

Admito não ter certeza do que estou afirmando. Mas não creio que esteja sendo meramente otimista ou simplesmente ingênuo. A sociedade brasileira alcançou um estágio de desenvolvimento industrial e de consciência crítica de seus próprios problemas que autorizam uma atitude de otimismo, apesar da gravidade da crise. (Senhor, nº 93,29/12)